



CONTRATO Nº 126/2022

PROCESSO Nº 3932/2022

REFERENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0697/2022 - PROCESSO Nº 2021 - WQRP7 - SERP - PREGÃO Nº 051/2022 - GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

O **MUNICÍPIO DE IÚNA**, através da Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob nº 10.700.103/0001-18, com sede na Rua Prefeito Antônio Lacerda, nº 79, bairro Quilombo, Iúna/ES, cep: 29.390-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **DURVAL DIAS SANTIAGO JÚNIOR**, funcionário público, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 042.084.657-35 e RG n.º 8018306 SSP ES, residente e domiciliado na Rua Afonso Claudio, s/nº, Boa Esperança, Ibatiba/ES, cep: 29.395-000 e pelo Prefeito Municipal, Sr. **ROMÁRIO BATISTA VIEIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF n.º 788.456.027-53 e RG n.º 599171 – SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Deputado João Rios, nº 65, Centro, Iúna/ES, cep: 29.390-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 73.856.593/0001-66, com sede na Rua Mitsugoro Tanaka, nº 145, bairro Centro Industrial Nilton A. C. Arruda, Toledo/PR, cep: 85.903-630, endereço eletrônico: victoria.berlett@pratidonaduzzi.com.br, licitacao@pratidonaduzzi.com.br Telefone: (45) 2103-1333 (27) 99994-7077 (falar com Sandra) neste ato representada por **LUIZ DONADUZZI**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 297.861.939-20 e RG nº 1.254.414-6, residente na Rua Crissiumal, nº 2439, Jardim La Salle, Toledo/PR, cep: 85.903-290, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, resolvem assinar o presente Contrato que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

01) CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**.

02) CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

2.1. O valor global do presente Contrato é de R\$2.698,50 (dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

2.2. O (s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao da apresentação à Prefeitura Municipal de Iúna de documento(s) fiscal(is) hábil(eis), sem emendas ou rasuras e ter ocorrido o recebimento na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



2.2.1. Como condição para realização do pagamento a contratada deverá emitir NFe (Nota Fiscal eletrônica), bem como prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho.

2.3. Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) ao fornecedor para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

2.4. O Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pelo fornecedor, em decorrência de inadimplemento contratual.

2.5. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, e serão contados da data de certificação/aceitação do objeto licitado, constante no verso da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, com o visto do funcionário competente para o recebimento e conferência dos mesmos.

2.6. Em caso de atraso no pagamento, a Contratada fará jus à percepção dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança desde o inadimplemento até o efetivo pagamento.

03) CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO:

3.1. A execução deste instrumento será acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela Administração, que anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e deverá atestar a execução do objeto, observadas as disposições deste contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento. O agente fiscalizador do contratante será o servidor Adriano de Oliveira Guedes, matrícula nº 303809, fiscalizando pela Secretaria Municipal de Saúde, nomeado por Portaria subscrita pelo Gabinete do Prefeito.

3.2. Cabe ao fornecedor permitir e facilitar a fiscalização e a inspeção dos produtos e respectivos locais de armazenagem, caso haja, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados.

3.3. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor por qualquer irregularidade.

04) CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas decorrentes deste certame correrão pela dotação orçamentária: 110002.1030300122.078.33903200000 – Ficha 052, desde já autorizado o empenho pelo Ordenador de Despesa.



05) CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

- 5.1. As condições de execução do objeto serão conforme informadas no anexo 1 deste termo.
- 5.2. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo.
- 5.3. A condição de eficácia do presente instrumento contratual se dará com a publicação, na forma prevista no artigo 26 *caput* da Lei 8.666/93.

06) CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

6.1. As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas no edital e na Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520/2002 quais sejam:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa:

- a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço/fornecimento, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
- b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço/fornecimento ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) de até 20% calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;
- d) Multa 1% por dia sobre o valor total dos lotes arrematados pelos licitantes, limitado a 15%, pelo não cumprimento do prazo de assinatura do contrato, calculada pela fórmula:

$$M = 0,01 \times C \times D$$

Onde:

M = Valor da Multa,

C = Valor do contrato

D = Número de dias de atraso

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o contrato no prazo de sete dias corridos, contados do recebimento da convocação;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;



g) cometer fraude fiscal;

h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

6.2. Na aplicação das penalidades previstas neste termo, a administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

6.4. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

07) CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

7.1. A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei Federal 8.666/93, no que couber, com aplicação do artigo 80 da mesma Lei, se for o caso.

08) CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES:

8.1. Constituem obrigações do Contratante:

8.1.1. Efetuar o Pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste instrumento;

8.1.2. Designar servidor para acompanhar a execução deste contrato;

8.1.3. Gerenciar o contrato até o seu vencimento, acompanhando o cumprimento de todas suas cláusulas na íntegra.

8.2. Constituem obrigações do contratado:

8.2.1. Executar o contrato nos termos aqui ajustados bem como àqueles trazidos pela Licitação que procedeu ao contrato;

8.2.2. Utilizar, no fornecimento dos objetos contratados, pessoal que atenda aos requisitos de qualificação necessária ao exercício das atividades que lhe for confiada;

8.2.3. Registrar as ocorrências havidas durante a execução deste Contrato, de tudo dando ciência ao Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.



8.2.4. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pelo (a) contratado (a), seus empregados, ou prepostos ao Contratante, ou a terceiros.

8.2.5. Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, fiscais, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta ou indireta do contrato, isentando a contratante de qualquer responsabilidade.

8.2.6. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que procedeu ao contrato.

8.2.7. Comprometer-se a entregar os produtos na data acordada, constantes da autorização de fornecimento, emitida pela Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento.

09) CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

9.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1. Unilateralmente pelo Contratante:

9.1.1.1. Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica dos seus objetivos;

9.1.1.2. Quando necessária a modificação contratual em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa do seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93 e suas alterações.

9.1.2. Por acordo entre as partes:

9.1.2.1. Quando necessária a modificação do regime de entrega dos produtos em face de verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;

9.1.2.2. Quando necessária à modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantidos o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente entrega dos produtos;

9.1.2.3. O Contratado se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas contratações, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

9.1.2.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão à revisão destes para mais ou para menos conforme o caso;

9.1.2.5. Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos do Contratado, o Contratante restabelecerá por aditamento o equilíbrio econômico financeiro inicial.

10) CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. Não poderá o Contratado ceder ou subcontratar, parcial ou totalmente o objeto deste contrato.



10.2. Fica o Contratante isento de qualquer ação civil, criminal, trabalhista, ou qualquer outra relativa ao presente Contrato, ficando o Contratado responsável por tudo o que vier a ocorrer durante o período do Contrato.

10.3. O presente Contrato será publicado, em resumo, na Imprensa Oficial, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, correndo a despesa por conta do contratante.

10.4. Aplica-se à execução deste termo contratual, em especial aos casos omissos, a Lei nº 10.520/02 e Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11) CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1. Elegem o Foro da Comarca de Iúna/ES, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas deste instrumento e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seu efeito legal, após lido e achado conforme.

Este contrato é integrado dos seguintes anexos:

I – Anexo 1 – Preços contratados.

Iúna/ES, 13 de dezembro de 2022.


SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Durval Dias Santiago Junior - Secretário Municipal de Saúde


PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA

Romário Batista Vieira - Prefeito


PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA

Luiz Donaduzzi / ou procurador legalmente habilitado



PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE CONTRATOS

ANEXO - CONTRATO Nº 000126/2022 - SEQUÊNCIA Nº000000755

Origem	Pregão Eletrônico Nº 000051/2022		Processo	003932/2022			
Contrato	Contrato Nº 000126/2022						
Empresa	PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA						
CNPJ	CNPJ: 73.856.593/0001-66						
Endereço	RUA MITSUGORO TANAKA, 145 - CENTRO INDL NILTON ARRUDA - TOLEDO - PR - CEP: 85903630						
Secretaria	00005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
Local	00510 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Item	Lote	Especificação	Marca	UN	Quant	Unitário	Valor Total
001	001	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; AMOXICILINA 500MG; forma farmaceutica capsula/comprimido/comprimido revestido/ dragea; forma de apresentação capsula/comprimido/comprimido revestido/dragea; via de administração oral. validade não inferior a 12 (doze) meses.	GENERICO	COMP	15000,00	0,1799	2.698,500
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:							2.698,500
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:							2.698,500
PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA:							2.698,500

Sandra Diene Pimenta
Representante Outorgado/ES
E-mail: silviospala@hotmail.com
Tel. (27) 3349.4384 - 99994.7077

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

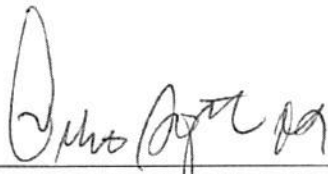
Pelo presente Instrumento Particular de Procuração, a **PRATI, DONADUZZI E CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 73.856.593/0001-66, com sede na Rua Mitsugoro Tanaka, nº 145, Centro Industrial Nilton Arruda, CEP 85.903-729, na cidade de Toledo, Estado do Paraná, neste ato representada por seu administrador Celso Agostinho Prati, portador do RG nº 1.447.122-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 336.841.549-20, doravante denominada **OUTORGANTE**, constitui e nomeia seu bastante procurador:

SPALARCOM REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.474.595/0001-30, sediada junto a rua Moacyr saudino, 300 - box 44, Centro, cidade de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo, neste ato representada na forma do seu contrato social pelos Srs. **Silvio Spala Santos**, brasileiro, casado, Representante Comercial, portador da cédula de identidade RG nº 906.076 SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº 031.425.487-00, e **Sandra Diene Pimenta**, brasileira, casada, representante comercial, portadora da cédula de identidade nº RG 833.369 SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº 003.668.277-23, ambos residentes na Avenida São Paulo, nº 2202, Ed. Beverly Hills, Ap. 1204, Bairro Itapoã, cidade de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, doravante denominado(a) **OUTORGADO(a)**.

Pelo presente instrumento, a sociedade outorgante acima identificada, através de seu representante legal, nomeia e constitui seu suficiente e bastante procurador (a), o (a) outorgado (a) supra mencionado(a), com poderes especiais para representar o outorgante nas licitações, concorrências públicas, tomada de preços, pregões, convites e dispensas, praticando neste intuito todos os atos necessários, de acordo com a lei, ao cumprimento deste mandato, entre os quais formular e ofertar lances, negociar preços, interpor recursos, justificativas, defesa prévia, desistir de sua interposição, apresentar a proposta, oferecer, abster-se ou opor-se às propostas dos concorrentes, assinar propostas, recursos, correspondências, atas administrativas e contratos de fornecimento, documentos de habilitação, retirar editais e empenhos. Dando tudo por firme e valioso, sem poderes, contudo, para substabelecer.

A presente procuração terá validade até o dia 15.01.2023, data após a qual restará revogada de pleno direito.

Toledo/PR, 24 de maio de 2022.



PRATI, DONADUZZI E CIA LTDA.

Celso Agostinho Prati

PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA
Rua Mitsugoro Tanaka, 145
Centro Industrial Nilton Arruda
CEP 85903-630 - Cx. postal 131 - Toledo-PR-Brasil
CNPJ 73.856.593/0001-66



Centro de Atendimento
ao Consumidor
0800 709 9333
cac@pratidonaduzzi.com.br
Fone/Fax +55 (45) 2103-1166
Vendas: 0800 702 1331

www.pratidonaduzzi.com.br



v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 01/06/2022 14:40:16 que o documento de hash (SHA-256) bf748bfad798db4faff725264f533a544dee17d62450a8b8a328e8da7ec52b06 foi validado em 01/06/2022 14:38:23 através da transação blockchain 0xeeef6cabe026db207be51a477b8806ecb5201707151a94e060f738b5ba3886aa e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 66729)



2º SERVIÇO NOTARIAL
Titular: Lucio Borges dos Reis
Rua Santos Dumont, 2870 - Sala 2800 - Centro - TOLEDO - PARANÁ
CEP 85900-010 - Fone/Fax: (45) 3252-1946 - e-mail: tabelonatorreis@gmail.com

Selo Digital Nº 1200Xcsqt79FTa2AM9yh13hDR
Consulte esse selo em
<https://selo.funarpen.com.br/Consulta>

Reconheço por Semelhança a
assinatura de **CELSO AGUSTINHO PRATI**.
43435F*0018. Dou fé. Toledo-PR, 26 de
maio de 2022 - 12:14:08h.

Em Teste da Verdade
Bruna Herold - escrevente

2º SERVIÇO NOTARIAL
Genir Copeti
Esc. Juramentada
Toledo - Paraná

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **bf748bfad798db4faff725264f533a544dee17d62450a8b8a328e8da7ec52b06** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **66729** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"PROCURAÇÃO SANDRA 15.01.23"**, cujo assunto é descrito como **"PROCURAÇÃO SANDRA 15.01.23"**, faz prova de que em **01/06/2022 14:38:34**, o responsável **Prati, Donaduzzi & Cia Ltda (73.856.593/0001-66)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Prati, Donaduzzi & Cia Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **01/06/2022 14:39:44** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0xeeef6cabe026db207be51a477b8806ecb5201707151a94e060f738b5ba3886aa**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.



Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.



EXTRATO

Contrato nº 126/2022
 Processo nº 3932/2022
 Referente a ata de registro de preços nº 0697/2022
 - Processo nº 2021 - WQRP7 - SERP - Pregão nº
 051/2022 - Governo do Estado do Espírito Santo
 - Secretaria de Estado da Saúde

Contratante: Prefeitura Municipal de Iúna
 Contratado: Prati, Donaduzzi & Cia LTDA
 CNPJ nº 73.856.593/0001-66

Objeto: Contratação de empresa para aquisição
 de medicamentos

Valor: R\$2.698,50
 Vigência: 12 meses a partir desta publicação.
 ID: 2022.500E0500019.02.0135

Romário Batista Vieira
 Prefeito

Durval D S Junior
 Secretário de Saúde
Protocolo 988383

EXTRATO

Contrato nº 125/2022
 Processo nº 3930/2022
 Referente a ata de registro de preços nº 0493/2022
 - Processo nº 2021 - 2CGM3 - SERP - Pregão nº
 0195/2022 - Governo do Estado do Espírito Santo
 - Secretaria de Estado da Saúde

Contratante: Prefeitura Municipal de Iúna
 Contratado: Hospidrogas Comércio de Produtos
 Hospitalares LTDA
 CNPJ nº 35.997.345/0001-46

Objeto: Contratação de empresa para aquisição
 de medicamentos

Valor: R\$1.425,00
 Vigência: 12 meses a partir desta publicação.
 ID: 2022.500E0500019.02.0204

Romário Batista Vieira
 Prefeito

Durval D S Junior
 Secretário de Saúde
Protocolo 988408

EXTRATO

Aditivo nº 01 - Termo de Colaboração nº 07/2022
 Órgão: Prefeitura Municipal de Iúna
 Processo Nº: 3747/2021
 Inexigibilidade Nº 07/2022

Objeto: prestação de serviços de realização de
 partos de risco habitual e melhoria e ampliação
 da prestação de serviços de assistência médica
 e ambulatorial à população de Iúna e tem por
 objeto o atendimento de urgência e emergência
 em atenção básica e atendimento de urgência e

emergência em atenção básica com observação
 por até oito horas no pronto atendimento da Santa
 Casa de Iúna/ES
 Empresa: Santa Casa de Iuna
 CNPJ: 27.553.841/0001-82
 Valor aditivado: R\$100.000,00

Romario Batista Vieira
 Prefeito

Durval D S Junior
 Secretário de Saúde
Protocolo 988335

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Mateus

**ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 Nº 041/2021 E CONCORRENCIA PÚBLICA
 Nº 003/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL D
 SÃO MATEUS**

CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de
 água e Esgoto de São Mateus-ES.
CONTRATADA: GSF Transportes, Locações e
 Serviços Erelí

OBJETO: Contratação de empresa especializada
 em engenharia sob o regime de empreitada por
 preço unitário, com material e mão de obra, para
 manutenção de vias pavimentadas.

VALOR: R\$ 1.384.452,61

VIGÊNCIA: 12 meses.

PROCESSO: 0435/2022

São Mateus-ES, 17 de novembro de 2022

René Michel Kherlakian

Diretor Geral

Decreto nº. 9.339/2017

Protocolo 987708

**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO SAAE/
 SMA 0015/2020**

CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de
 água e Esgoto de São Mateus-ES.
CONTRATADA: BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO
 SANTO - BANESTES.

OBJETO: Credenciamento bancário para
 recebimento de faturas de água e esgoto.

VIGÊNCIA: R\$12 Meses

VALOR: 280.157,04

PROCESSO: 094/2020

São Mateus-ES, 03 de agosto de 2022.

René Michel Kherlakian

Diretor Geral

CONTRATANTE

Protocolo 987704

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO SAAE/
 SMA 0012/2020**

CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de
 água e Esgoto de São Mateus-ES.

CONTRATADA: BANCO SANTANDER S/A

OBJETO: Credenciamento bancário para